
Competitividade: A Agricultura Fez a Sua Parte

Agricultura brasileira cresceu e se modernizou. No meio de tantas crises, a produção de grãos atinge neste ano 80 milhões de toneladas, com participação mais significativa da produtividade do que do aumento da área. Essa tendência retrata uma tecnificação crescente, como reflexo da necessidade de eficiência produtiva e nas demais etapas da cadeia produtiva. A agroindústria não só conquista o crescente mercado interno, mas também eleva as exportações, indicando aumento da eficiência produtiva e comercial. Essa evolução, porém, está muito aquém do potencial da agricultura brasileira. Persistem alguns bolsões de miséria no meio rural, particularmente no Nordeste onde a disponibilidade de recursos naturais, incluindo água, dificulta o progresso sem domínio de tecnologias avançadas - como a irrigação.

A agricultura só realizará suas potencialidades caso mantenha condição de competitividade no mercado interno e externo. Essa condição está atrelada à rentabilidade do setor, afetada pelos seguintes fatores: (1) política macroeconômica, principalmente política cambial; (2) encargos de juros para atividades que dependem de crédito agrícola; (3) custos de transporte e armazenagem; (4) disponibilidade de

tecnologias apropriadas; e, (5) impostos incidentes sobre a produção e comercialização.

O Plano de Estabilização Econômica, ao reduzir a inflação, beneficia a agricultura. Estudos têm demonstrado que em períodos de inflação elevada a agricultura tende a perder em rentabilidade, frente aos demais setores, reajustando seus preços com defasagem. Portanto, inflação baixa reduz o risco de perdas do valor real dos produtos do setor. Por outro lado, estabilização econômica não é compatível com a concessão de subsídios indiscriminados, nem mesmo para a agricultura. Essa é a quota de sacrifício exigida do setor.

Tradicionalmente, sendo a agricultura um setor exportador, a sua rentabilidade é fortemente afetada pela taxa de câmbio. Uma sobrevalorização da moeda nacional implica perda de receita, por parte dos agricultores, já que os preços dos produtos são cotados em moedas estrangeiras. A valorização do real frente ao dólar, no último ano, representa obstáculos para os produtores brasileiros em dois sentidos: a) maior competição de produtos estrangeiros no mercado nacional; e, b) dificuldades em manter-se nos mercados externos e conquistar novos, face as condições de rentabilidade mínima do produtor nacional e da competição externa, não raro atuando com elevados subsídios, tanto na produção como na exportação. Resguardadas as exigências da estabilização econômica, considera-se fundamental para o desenvolvimento da agricultura uma desvalorização cambial progressiva para que segmentos adquiram novamente condições de competitividade no mercado externo.

A questão dos encargos dos juros sobre o crédito rural agravou-se, recentemente, por ocasião da derrubada pelo Congresso Nacional do veto presidencial à TR, como índice de correção dos débitos agrícolas. Ao corrigir-se o crédito via TR e manter congelados os preços mínimos para os produtos criou-se um descompasso entre débito do produtor e

sua potencial receita, o valor do produto pelo preço mínimo. Adicionalmente, o fato de o Governo não honrar a compra de produtos garantidos pelo preço mínimo, mesmo que não reajustado, derrubou mais ainda os preços dos principais produtos agrícolas, criando dificuldades para determinados segmentos de produtores de saldarem seus débitos com os bancos credores.

Esse episódio, de nenhuma maneira imprevisto, está exigindo uma solução que viabilize os produtores devedores sem comprometer o Tesouro Nacional. Serve, também, para chamar a atenção das autoridades competentes e das entidades representativas do setor de que juros a níveis praticados no Brasil são incompatíveis com atividades produtivas do setor rural. O crédito constitui instrumento de modernização do setor, visando o aumento de sua competitividade e não de comprometimento futuro dos próprios bens imóveis (terras). Novas formas de cálculo dos juros, como a proposta da Taxa de Juros de Longo Prazo, já praticada em outros setores, e a captação de recursos no exterior com juros mais baixos podem aumentar as chances de o setor manter competitividade frente aos mercados interno e externo.

A atividade agrícola vem sendo comprometida pelos altos custos de transporte e armazenamento de produtos e insumos, principalmente das regiões de fronteira, como é o caso do Mato Grosso. Transporte realizado por caminhões a longas distâncias e em estradas em péssimas condições de conservação reduz o preço recebido pelo produtor, ao nível de fazenda. Apenas agora, muito tardiamente, começam a ser pensadas outras formas de transporte, como a via fluvial. O sistema ferroviário está obsoleto e ineficiente, quando poderia constituir alternativa para baratear os custos de transporte. Ao contrário de nossos concorrentes, utilizamos a forma mais cara e ineficiente de transporte para nossa produção agrícola.

Se o Governo não tem recursos para enfrentar os desafios do transporte e armazenamento, a participação do setor privado pode ajudar a superar esses graves entraves para a competitividade do setor. O custo dos portos brasileiros supera em muito o dos nossos concorrentes, dificultando a colocação dos produtos nos mercados internacionais. Urge modernizá-los e privatizar sua gerência, permitindo redução

de custos por unidade de produto.

Quanto ao problema tecnológico, sua oferta tanto nacional como externa aumentou muito nos últimos anos. Para a agricultura comercial, sementes melhoradas, fertilizantes mais eficientes, máquinas e implementos, instruções de como operar na agricultura encontram-se disponíveis no mercado. Juros elevados naturalmente impedem a aquisição de bens de capital. A agricultura familiar ressent-se ainda de formas de acesso a tecnologias mais eficientes, de acordo com sua disponibilidade de recursos. Isso não é fácil, vez que além do capital a esses agricultores falta educação básica e prática para administrar uma propriedade agrícola como um negócio. A agricultura deve ser tratada como um empreendimento, e não apenas como uma forma de sobrevivência. Para tanto, necessita de treinamento para fazer bem, não só nos aspectos produtivos em si, mas também na gerência do negócio agrícola e para a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Outro problema grave enfrentado pela agricultura é a elevada carga tributária sobre a produção e a comercialização. Mesmo a agricultura de exportação é severamente taxada no Brasil, enquanto em outros países recebe enormes subsídios. Quando se tributa a produção e a comercialização, penaliza-se também os produtos da cesta básica, a alimentação dos mais pobres, e os pequenos produtores. Reconhece-se que o Governo precisa arrecadar recursos para educação, saúde e segurança. De outro lado, a máquina governamental é pesada demais, ineficiente, eivada de empreguismo que consome a grande parte dos recursos em atividade meio. Criam-se municípios sem a mínima viabilidade de manutenção em termos de arrecadação, enquanto em outros países ações concretas são tomadas para diminuir o tamanho do Estado e torná-lo mais eficiente na prestação de serviços para os cidadãos.

Finalmente, chama-se a atenção de que os problemas de curto prazo, como a recente dívida de agricultores, não podem ofuscar os problemas estruturais de médio e longo prazos. A sua superação representará a garantia de uma agricultura eficiente e competitiva no presente e futuro próximo.